

II CONGRESSO INTERNACIONAL
ENVELHECER COM FUTURO – CIEF

2025

Catálogo de Pesquisas

28 e 29 de outubro de 2025

Dentro do VII Fórum São Paulo da Longevidade, no Centro de Convenções Expo Center Norte, em São Paulo.

https://envelhecercomfuturo.com.br/CIEF_2025/





MANIFESTO

Envelhecer com Futuro: um olhar urgente para o envelhecimento no Brasil

O Brasil está envelhecendo. Essa não é uma novidade, mas sim uma realidade que exige nossa atenção imediata e ações concretas. O aumento da expectativa de vida, aliado à queda da taxa de natalidade, transforma a pirâmide etária brasileira, colocando desafios sem precedentes nas suas múltiplas manifestações. É um processo natural e, em essência, positivo, consequência de melhorias nas condições de vida e de trabalho, de avanços previdenciários e na proteção social, do incremento das imunizações e de outros avanços da medicina. No entanto, este futuro precisa ser construído com responsabilidade. Necessário considerar as diferentes trajetórias de trabalho atuais e passadas da faixa etária mais envelhecida, as desigualdades que permeiam ser idoso entre as mulheres, os povos indígenas, os afrodescendentes, pessoas com deficiência, migrantes, entre outros. Hoje, envelhecer no Brasil é uma experiência complexa que reflete as desigualdades, de gênero e as relacionadas à cor da pele. Envelhecer não pode se tornar um fardo, mas sim uma oportunidade.

O cenário atual é marcado por desafios: a falta de políticas públicas eficazes voltadas para a população idosa, a exclusão digital de muitas pessoas idosas, a insuficiência de programas de qualificação profissional para a longevidade, a insegurança financeira, a precariedade do sistema público de saúde, as desigualdades sociais, as questões de gênero e

cor, as diversidade de velhices, cuidados ao longo da vida, isolamento, solidão, violências..., e o persistente preconceito etário que marginaliza e invisibiliza essa parcela crescente da população. Ignorar esses desafios é negar o presente e comprometer o futuro. Entender estas diversidades é um desafio, importante para o governo e para a sociedade, exigindo políticas públicas específicas para garantir dignidade e cidadania para as pessoas que envelhecem no país.

É imperativo, portanto, que reimaginemos o envelhecimento no Brasil, construindo um futuro mais justo, inclusivo e digno. Para isso, defendemos:

- **Políticas públicas que promovam a inclusão social e o protagonismo das pessoas idosas,** combatendo o isolamento social, incentivando a participação ativa em atividades socioeconômicas, culturais, esportivas e comunitárias, e valorizando a experiência e sabedoria acumuladas ao longo da vida.
- **A promoção de uma cultura de respeito e valorização da pessoa idosa,** combatendo o preconceito etário em todas as suas formas, desde a linguagem utilizada até as oportunidades de acesso a bens e serviços, reconhecendo as pessoas idosas como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias.
- **A segurança econômica na velhice,** expandindo a proteção social aos idosos do setor informal, rural e ribeirinho, e a criação de programas de qualificação profissional para a longevidade, que prepare as pessoas idosas para as novas demandas do mercado de trabalho, fomentando a geração de renda e a reinserção profissional daqueles que desejam e podem continuar contribuindo ativamente.

- **Desenvolvimento de ações que promovam e fortaleçam as relações intergeracionais.**

A interação entre jovens e idosos cria ambientes propícios para a troca de experiências, conhecimentos e valores. Projetos intergeracionais em escolas, comunidades e instituições fortalecem os laços entre as gerações e constroem uma sociedade mais justa e inclusiva. É urgente investir em programas e iniciativas que promovam a convivência entre as gerações. As relações intergeracionais são um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais humana e solidária.

- **Investimento em pesquisas e tecnologias sociais que promovam um bom envelhecer,**

com foco nas velhices plurais, na criação de ambientes mais amigáveis e acessíveis para as pessoas idosas, e no desenvolvimento de soluções inovadoras para a assistência domiciliar, desenvolvendo ações específicas para garantir a proteção social dos idosos que cuidam.

- **Um sistema de saúde público fortalecido e adaptado às necessidades específicas das**

velhices plurais, com foco na prevenção, promoção da saúde e cuidados de longa duração, garantindo acesso digno e universal a tratamentos, medicamentos e assistência domiciliar.

No Brasil, envelhecer com futuro depende das 'escolhas sociais' que fazemos hoje.

É hora da sociedade, mercado, iniciativa privada e academia agir, de construir um presente que honre a história e prepare o caminho para um futuro digno e próspero para todos e todas.

Junte-se a nós nesta ação por um Envelhecer com Futuro mais justo e inclusivo!

SUMÁRIO

Apresentação	8
<i>Daniela Zen e Beltrina Côrte</i>	

CONFERENCISTAS CONVIDADOS

Panorama América latina:

Maria Isolina Dabove: Direitos Humanos e Velhice (Argentina)	11
Fernando Berriel: Políticas Públicas e Envelhecimento: Contribuições a partir do estudo de caso uruguaio (Uruguai)	13

Panorama Brasil:

Guita Grin Debert: Velhice e Cuidado: o familismo nas políticas sociais	18
José Eustáquio Diniz Alves: Panorama Brasil: Envelhecimento populacional e economia prateada no Brasil	20

PESQUISADORES – EDITAL ACADÊMICO ENVELHECER COM FUTURO

Suprema velhice: A aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa pela Corte Constitucional	25
<i>Mariana Moron Saes Braga – Marília (SP)</i>	

Políticas públicas de letramento digital para pessoas idosas: Avanços e desafios para materialização do direito fundamental à inclusão digital	29
<i>Symone Maria Machado Bonfim – Brasília (DF)</i>	

SUMÁRIO

Envelhecimento na emergência climática - mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa ... 33

Nilthon Fernandes – São Paulo (SP)

Cidades inteligentes e envelhecimento ativo: Uma revisão sistemática de soluções e práticas de inovação para um framework aplicável 39

Antonio Brito – Rio de Janeiro (RJ)

O que é envelhecer sendo lésbica? Intersecções entre envelhecimento e lesbianidade 42

Sarah Sanches – Bahia (BA)

Percepções de homens cisgêneros gays sobre o processo de envelhecimento 45

Willy Nunes Ribeiro – São Carlos (SP)

Envelhecimento, cuidado e comunidade: O projeto favela compassiva ... 49

Lucas Faial Soneghet – Rio de Janeiro (RJ)

Harmonia entre gerações: A musicoterapia como instrumento de transformação social 52

Mauro Anastacio Junior – Campinas (SP)

Diversidade da velhice e seu cuidado no sistema único de assistência social de São Gotardo/MG: Reflexões sobre o idadismo e suas manifestações 55

Daniele Magnavita de Alencar De Alencar – São Gotardo (MG)

Espectros do envelhecimento: Políticas públicas para a velhice autista 59

Adriana Cardoso Freitas – São Paulo (SP)

APRESENTAÇÃO

O Catálogo de Pesquisa 2025, que apresenta os destaques do **II Congresso Internacional Envelhecer com Futuro**, defende a superação da visão do "ônus do envelhecimento" em favor do "bônus da longevidade", enxergando a transição demográfica como uma oportunidade para vidas mais longas, saudáveis e participativas.

No campo dos direitos e políticas públicas, os estudos apontam para a importância de compreender a articulação entre o jogo de poder e as ações de governo. A experiência do Uruguai indica que uma abordagem crítica, que amplia o conjunto de atores envolvidos, confere maior estabilidade e sustentabilidade às políticas. No Brasil, a análise do papel do Supremo Tribunal Federal é considerada relevante para a consolidação dos direitos fundamentais da pessoa idosa e para a efetividade do Estatuto da Pessoa Idosa. Além disso, são investigados os dilemas da Política Nacional do Cuidado e o processo de judicialização da assistência. As pesquisas também apontam desafios emergentes. A exclusão digital é um deles, limitando o exercício pleno de direitos em uma sociedade cada vez mais tecnológica e tornando o letramento digital uma condição indispensável para a cidadania. Outro ponto crítico é a vulnerabilidade de pessoas idosas diante de desastres climáticos, o que exige estratégias de comunicação de riscos mais inclusivas por uma questão de justiça social e direitos humanos. A falta de mensagens adaptadas pode agravar os impactos sobre esse grupo, que enfrenta condições de saúde delicadas, mobilidade reduzida e redes de apoio fragilizadas.

A diversidade das velhices é um tema central, com forte ênfase na interseccionalidade. Estudos abordam as especificidades do envelhecimento de homens cisgêneros gays e de mulheres lésbicas, cujas trajetórias são marcadas por contextos de repressão, impactando suas redes de apoio e saúde. Reconhecer essas histórias é fundamental para combater desigualdades e direcionar

políticas públicas mais eficazes. Afinal, o idadismo não ocorre de forma isolada, mas se soma a outros marcadores como gênero, raça e classe, intensificando vulnerabilidades, especialmente em municípios de pequeno porte. Também se destaca a necessidade de dar visibilidade à "velhice autista", um tema pouco explorado que revela a urgência de políticas intersetoriais para assegurar autonomia e dignidade. O Catálogo apresenta estudos com abordagens inovadoras, como a musicoterapia intergeracional, investigada como uma prática acessível com potencial para gerar benefícios psicossociais. Iniciativas como a "Favela Compassiva" são vistas como vanguardistas ao tratarem o envelhecimento e os cuidados paliativos como responsabilidades de toda a comunidade, e não apenas do Estado ou do setor privado. Em conjunto, as pesquisas fortalecem a agenda da Década do Envelhecimento Saudável da ONU, reforçando o dever do Estado de assegurar dignidade, autonomia e participação social a todas as pessoas idosas.

Esperamos que este Catálogo seja uma ferramenta para pesquisadores de todas as áreas; formuladores e gestores de políticas públicas; estudantes; autoridades de proteção e defesa civil; órgãos de controle, como os conselhos de pessoas idosas, de saúde, assistência, arquitetura e urbanismo; profissionais; educadoras/es; organizações da sociedade civil; movimentos sociais; e órgãos governamentais.

Daniela Zen e Beltrina Côrte



Conferencistas Convidados



TÍTULO DA CONFERÊNCIA

Direitos Humanos e Velhice



Maria Isolina Dabove

RESUMO

O Direito da Velhice nasce nos anos noventa como um ramo jurídico de caráter transversal, em resposta às profundas mudanças demográficas da atualidade que afetam múltiplas gerações. Seu objetivo é analisar a situação jurídica (ou status jurídico) das pessoas com 60 anos ou mais, tanto em âmbito nacional, quanto regional e internacional. Por este motivo, o Direito da Velhice busca oferecer uma solução integral para a crescente necessidade de fortalecimento, inclusão, assistência e cuidados que as pessoas que se encontram na última etapa da vida requerem.

A população idosa enfrenta uma série de desafios específicos. Entre os mais relevantes, encontram-se as condições de pobreza e a exclusão do sistema econômico que afetam muitos deles. A isso se somam problemas como a solidão indesejada ou o isolamento social, a diminuição da autoestima e as crises de identi-

dade. É igualmente importante considerar o aumento da vulnerabilidade a declínios tanto físicos como cognitivos. Além disso, esta etapa da vida se caracteriza pelo acúmulo de lutos pela perda de entes queridos e pelo confronto com a própria finitude.

Lamentavelmente, situações como o abandono, os maus-tratos, os abusos e diversas formas de violência são comuns neste grupo populacional. Em conjunto, essas particularidades se relacionam tanto com o declínio biológico natural como com as práticas sociais discriminatórias baseadas na idade, conhecidas como "etarismo" ou "idadismo". Em qualquer caso, a velhice nos apresenta um novo desafio jurídico: compreender e corrigir as injustiças que temos perpetuado em relação a esta fase da vida.

Instrumentos como a Convenção Interamericana sobre a

Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e a Opinião Consultiva OC-31/25 da Corte Interamericana de Direitos Humanos estabelecem o cuidado como um direito humano autônomo, fundamentado na dignidade, na responsabilidade social compartilhada e na justiça intergeracional.

Diante da crescente automação dos vínculos assistenciais, surgem questões fundamentais para o Direito: qual é o seu papel neste novo cenário? E quem assume a responsabilidade pelo cuidado quando este é delegado à tecnologia? Essas perguntas exigem uma resposta a partir de uma perspectiva filosófico-jurídica pluralista — que integra as dimensões normativa, sociológica e axiológica —, sublinhando a urgência de uma prática jurídica humanizada, que seja sensível à vulnerabilidade e à dimensão afetiva dos vínculos humanos.

Direitos Humanos e Velhice

QUAIS SÃO OS DESTAQUES?

- **Panorama da América Latina: direitos humanos e velhice.**
- **A pessoa idosa, seus direitos de autonomia, participação, cuidados e acesso à justiça.**
- **O papel do Direito frente à crescente automação de vínculos assistenciais.**

MINICURRÍCULO

Advogada graduada pela Universidade Nacional de Rosario (1988). Doutora em Direitos Humanos pela Universidade Carlos III de Madrid (1998) e com dois pós-doutorados pela Universidade de Valladolid (2009 e 2010). Pesquisadora Principal do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) e Pesquisadora Permanente do Instituto de Pesquisas Jurídicas e Sociais “Ambrosio Lucas Gioja” da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires. Professora de Filosofia do Direito e de Direito da Velhice nos níveis de graduação e pós-graduação (UNR – UBA – UNICEN – UNC). Membro do Conselho Consultivo do Mestrado em Filosofia do Direito da Universidade de Buenos Aires. Diretora do Mestrado em Direito da Velhice da Universidade Nacional de Córdoba. Membro da Academia Nacional de Direito de Córdoba. É autora de mais de 50 livros e capítulos doutrinários. Escreveu cerca de 190 artigos científicos e comunicações, publicados em revistas internacionais de alto fator de impacto e em congressos nacionais e internacionais, além de mais de 100 textos de divulgação sobre suas áreas de atuação.

PUBLICAÇÕES

DABOVE, María Isolina. ¿Somos todos vulnerables en la vejez? Aportes de la teoría del derecho para la toma de decisiones judiciales. Revista Derecho del Estado, n. 59, p. 1-32, 2024. Disponible en: <https://revistas.uexnado.edu.co/index.php/derest/article/view/9388>

DABOVE, María Isolina. Cuidados gerontológicos de largo plazo: Los derechos de las personas mayores como meta política. 2023. Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/88577>

DABOVE, María Isolina. Enfoque complejo de la vejez: Su incidencia en los derechos humanos. 2022. Disponible en: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/202591>

DABOVE, María Isolina. Derecho de la vejez. Fundamentos y alcance, Buenos Aires, Astrea, 2021, p. 5-47.

DABOVE, María Isolina. Derechos humanos de las personas mayores en la nueva Convención Americana y sus implicancias bioéticas. Revista Latinoamericana de Bioética, v. 16, n. 1, p. 38-59, 2016. Disponible en: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlb/v16n1/v16n1a03.pdf>

TÍTULO DA CONFERÊNCIA

Políticas Públicas e Envelhecimento: Contribuições a partir do estudo de caso uruguaio



Fernando Berriel

RESUMO

Nosso mundo apresenta atualmente um rosto obscurecido pelas injustiças e pelas vidas que estão sendo ceifadas. Mas também mostra os rostos das longevidades conquistadas. Nunca a velhice teve tantos rostos nos quais podemos nos contemplar como humanidade. Assim como nunca antes se havia feito um uso retórico tão flagrante de uma visão apocalíptica do envelhecimento demográfico como nas recentes e atuais justificativas para políticas de ajuste. Nas complexidades do nosso mundo, as políticas públicas são alguns dos instrumentos de que dispomos para atuar como sociedades sobre alguns de nossos problemas.

No cenário mundial, o Uruguai é um pequeno país que passou por uma transição demográfica muito precoce. Hoje, uma em cada cinco pessoas

tem 60 anos ou mais. A bibliografia coincide em identificar quatro etapas no desenvolvimento das políticas de envelhecimento e para pessoas idosas no país: uma primeira, desde o final do século XIX, iniciando as políticas tradicionais de previdência social que marcariam o alicerce do modelo de proteção social do Uruguai; uma segunda, que se situa entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, caracterizada por uma extensão dos benefícios sociais, embora em grande parte limitada a aposentadorias e pensões por contribuição associadas à velhice; uma terceira etapa, que se inicia em 1995, com a inovação da abordagem a grupos de pessoas idosas em situações de extrema vulnerabilidade; e uma quarta etapa, que começa a ser gestada em

2005 e desenvolve um critério inclusivo de governança, uma orientação baseada na perspectiva de direitos humanos e a criação, pela primeira vez, de uma institucionalidade nacional articuladora.

O que ocorreu desde 2020 no campo das políticas voltadas ao envelhecimento e às pessoas idosas, a partir da pandemia de Covid-19 e da posse de um governo de orientação liberal-conservadora no Uruguai, merece uma reflexão teórica, metodológica e experiencial sobre a relação entre a "política" (o jogo de poder) e as "políticas" (as ações de governo). As organizações de pessoas idosas protagonizam um confronto com as novas maiorias parlamentares para evitar a aprovação de uma norma que extinguiria o Instituto Nacional das Pessoas Idosas, o que conseguem impedir. Ainda assim,

Políticas Públicas e Envelhecimento: Contribuições a partir do estudo de caso uruguaio

ocorreu um enfraquecimento progressivo e notório do órgão e dos avanços alcançados nas políticas para pessoas idosas. Por outro lado, a Covid-19 deu, por razões dramáticas, maior visibilidade às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

As perspectivas objetivistas e formalistas sobre as políticas públicas costumam reforçar a distinção entre "política" e "políticas", minimizando o peso das concepções sobre o papel do Estado, os setores sociais priorizados e as modalidades de exercício do poder. Desse modo, tendem a simplificar a emaranhada trama semiótico-material que sustenta as políticas e as ações concretas. Os estudos críticos sobre políticas públicas (Boullosa, Peres e Bessa, 2021), por outro lado — e ainda mais se os colocarmos em diálogo com as gerontologias críticas —,

tendem a não dissociar "política" de "políticas", a afastar-se de uma concepção elitista dos processos de construção e desenvolvimento das políticas e a distanciar-se de uma compreensão formalista desses fenômenos, aproximando-se do que Fischer (2016) denomina raciocínios em contexto.

A partir dessa ótica, podemos ter uma maior aproximação não apenas das lógicas (Berriel e Guidotti, 2020) que sustentam os avanços em políticas produzidos em determinado momento no Uruguai, mas também dos retrocessos dos últimos anos. Da mesma forma, podemos compreender os complexos fenômenos que, ao menos no caso uruguaio, levam os coletivos de pessoas idosas — em aliança com a academia e outros atores — a se apropriarem desses avanços e contribuírem para evitar seu desmoronamento nos momentos em que

a "grande política" esvazia as políticas públicas.

A experiência das políticas públicas sobre envelhecimento e pessoas idosas no Uruguai mostra que avanços em várias áreas são possíveis, principalmente em matéria de participação, inclusão social, inclusão digital, incorporação de uma perspectiva territorial, interseccionalidade com as problemáticas de gênero, articulação com o desenvolvimento de políticas de cuidados e impulso de ações específicas em saúde, entre outras. Essas ações são compostas a partir de uma perspectiva de direitos humanos e, em menor medida, com uma abordagem do curso de vida, sempre em tensão com visões assistencialistas, economicistas e biologicistas do envelhecimento. Tensões que podem ser identificadas na análise aprofundada dessas políticas.

Políticas Públicas e Envelhecimento: Contribuições a partir do estudo de caso uruguaio

O avanço mais substancial pode ser localizado, certamente, no estabelecimento e na visibilidade da formulação de direitos específicos, que encontram seu ponto culminante na aprovação e ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, que adquire força de lei no Uruguai já em 2016. Talvez a descoberta mais relevante, no entanto, seja a relativa à geração e conjunção de forças democráticas e massa crítica que esse processo possibilita e consolida, e o peso que esse acúmulo ganha em oposição ao esforço político de desarticulação das políticas e suas institucionalidades — esforço este que, de certo modo, só é parcialmente bem-sucedido. Esta análise nos oferece algumas pistas para pensar um desenvolvimento de políticas

sobre envelhecimento, velhice e pessoas idosas com aspirações de continuidade e sustentabilidade ao longo do tempo:

- a) É necessário gerar uma consistência discursiva da política, ao menos em torno de alguns pontos-chave como direitos humanos, curso de vida, territorialidade, uma visão dos cuidados em termos complexos e uma mudança de paradigma na compreensão social do envelhecimento.
- b) A formulação da perspectiva de direitos humanos deve se materializar em uma agenda social efetiva.
- c) A política, sem deixar de ser pública, não deve ser capturada apenas pela institucionalidade estatal.
- d) As pessoas idosas organizadas devem ser consideradas e apoiadas como um ator principal das políticas.
- e) A perspectiva de direitos

humanos deve tender a integrar outros setores sociais e etários e novos níveis de interseccionalidade.

- f) A academia e outros atores democráticos, promotores do estudo e do pensamento, devem estar envolvidos nesses processos.
- g) As políticas de cuidados devem estar associadas às de envelhecimento com uma concepção complexa de cuidados, ou seja: contínuos, em rede e a partir de múltiplos atores, incluindo as pessoas idosas organizadas, a academia e outros atores sociais.

Uma síntese das conclusões desta análise poderia ser a seguinte: O desenvolvimento de políticas com certo grau de sustentabilidade, de acordo com esta abordagem, reside em altos níveis de articulação, envolvimento e consistência discursiva.

Políticas Públicas e Envelhecimento: Contribuições a partir do estudo de caso uruguaio

QUAIS SÃO OS DESTAQUES?

- **A experiência das políticas públicas sobre envelhecimento e velhice no Uruguai nos últimos anos mostra que uma distinção clara entre "política" (jogo de poder) e "políticas" (ações de governo) não é acertada.**
- **Uma abordagem crítica sobre o estudo das políticas, articulada com as gerontologias críticas, nos oferece uma aproximação mais fiel à realidade e às tensões da conformação e desenvolvimento das políticas públicas sobre envelhecimento, velhice e pessoas idosas do que as abordagens empírico-racionalistas.**
- **A experiência analisada indicaria que: ampliar o conjunto de atores envolvidos, com especial atenção às pessoas idosas organizadas, à academia e a outros grupos democráticos, aumenta o potencial de ação no campo, propicia a apropriação dos postulados e conquistas, e confere maior estabilidade e sustentabilidade às políticas.**
- **As políticas requerem processos de subjetivação.**

MINICURRÍCULO

Psicólogo, Mestre em Psicologia Social e Doutor em Psicologia pela Universidade da República. É Professor Titular do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Velhice e Envelhecimento, do Instituto de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da Universidade da República (Udelar). Coordena o Centro Universitário de Envelhecimento da Udelar. Publicou artigos, livros e capítulos sobre análise de políticas públicas, participação e discursos sociais sobre o envelhecimento. Também produziu trabalhos sobre psicoterapias com pessoas idosas e com a doença de Alzheimer. Suas áreas de interesse atuais incluem as orientações e o desenho participativo de políticas públicas, bem como o desenvolvimento e a pesquisa de clínicas sociais com pessoas idosas e questões relacionadas ao envelhecimento.

Políticas Públicas e Envelhecimento: Contribuições a partir do estudo de caso uruguaio

PUBLICAÇÕES

BERRIEL, Fernando (Coord). *Insistencias y transcurso de la Psicología Social desde Uruguay*. Facultad de Psicología, UDELAR, 2025.

BERRIEL, F., ADIB, N., GIMÉNEZ, D., RÍOS, L., & SILVERA, F. Una red de personas mayores ante la pandemia: Procesos psicosociales, participación y resistencia. *Pensamiento y Acción Interdisciplinaria*, 9(1), 10-30, 2023. <https://doi.org/10.29035/pai.9.1.10>

BERRIEL, Fernando; CROWE, Mayra; ROVIRA, Adriana; TORENA, Denisse; NERO, Monty & HERD, Damon. *La Convención de los Derechos de las Personas Mayores: Una guía gráfica*. Centro Interdisciplinario de Envejecimiento, Universidad de la República & Scottish Centre for Comics Studies, University of Dundee, 2021. <https://www.cien.ei.udelar.edu.uy/2021/11/23/la-convencion-de-los-derechos-de-las-personas-mayores-una-guia-grafica-version-completa-en-castellano/>

BERRIEL, F., Y GUIDOTTI GONZÁLEZ, C. A. Lógica argumental de las políticas sobre envejecimiento y vejez en Uruguay: producción de sentido, tensiones y hegemonías. *Revista Latinoamericana De Población*, 15(28), 135-159, 2020. <https://doi.org/10.31406/relap2021.v15.i1.n28.5>

BERRIEL, Fernando; PÉREZ, Robert; RODRÍGUEZ, Soledad. *Vejez y envejecimiento en Uruguay. Fundamentos diagnósticos para la acción*. MIDES, 2011. <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/sites/ministerio-desarrollo-social/files/documentos/publicaciones/297.pdf>



TÍTULO DA CONFERÊNCIA

Velhice e Cuidado: o familismo nas políticas sociais



Guita Grin Debert

RESUMO

O envelhecimento ativo, conceito adotado pela Organização Mundial da Saúde em 2002, tem pautado, quase de maneira hegemônica, o debate público sobre a velhice. A aceitação de um envelhecimento ativo universal conduziu grande parte das políticas públicas para as pessoas idosas com plena

autonomia funcional. A velhice dependente de cuidados foi relegada e invisibilizada.

A apresentação discute o modo como o Estado, o Sistema de Justiça e a família são interpelados no Brasil para promover o cuidado.

Duas iniciativas são abordadas:

i) A Política Nacional do Cuidado (2024)

ii) A criação de ações específicas em instituições do sistema de Justiça

No contexto em que a pessoa idosa é transformada em um novo sujeito de direitos, os desafios do cuidado criam e divulgam moralidades que reforçam o caráter familista da legislação e das políticas públicas.

QUAIS SÃO OS DESTAQUES?

- **Dilemas Política Nacional do Cuidado e o processo de judicialização do cuidado da pessoa idosa com foco no Ministério Público, na Defensoria Pública e nas delegacias de polícia voltadas para a proteção da pessoa idosa**

MINICURRÍCULO

Professora emérita da Unicamp, Departamento de Antropologia/IFCH, pesquisadora do CNPq, Fapesp e do Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. Autora do livro *A Reinvenção da Velhice* (EDUSP) e de vários artigos sobre gênero e envelhecimento.

Créditos foto: Antonio Scarpinetti - SEC - Unicamp

Velhice e Cuidado: o familismo nas políticas sociais

PUBLICAÇÕES

DEBERT, Guita Grin; Pulhez, Mariana Marques. Desafios do Cuidado Gênero, Velhice e Deficiência. UNICAMP, ebook disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/td-66-livro-e-book-ok.pdf>

DEBERT, Guita Grin; FÉLIX, Jorge. A financeirização da velhice e a convergência entre Estado e mercado. Estudos Avançados, v. 38, n. 111, p. 91-113, 2024.

DEBERT, Guita Grin; FÉLIX, Jorge. Cuidado e renda das pessoas idosas no Brasil: uma equação para além da educação financeira?. Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 36, n. 2 (66), 2024.

DEBERT, Guita Grin et al. A financeirização da velhice: da crise global do cuidado ao endividamento da pessoa idosa. Financeirização, crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2024.

DEBERT, Guita Grin; FÉLIX, Jorge. A financeirização da velhice. Folha de S. Paulo, 2022.

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. Edusp, 1999.



TÍTULO DA CONFERÊNCIA

Panorama Brasil: Envelhecimento populacional e economia prateada no Brasil



José Eustáquio Diniz Alves

RESUMO

O Brasil está passando por uma das transformações mais profundas e silenciosas de sua história: o envelhecimento da sua população. Se nos séculos XIX e XX o país era conhecido por seu perfil jovem, com um grande número de crianças e jovens, o século XXI consolida uma nova realidade. Estamos nos tornando uma nação de cabelos grisalhos, e compreender essa mudança é fundamental para construir um futuro mais próspero e justo para todas as idades.

Ao longo de 200 anos, a população brasileira cresceu quase 50 vezes, marcada por uma base de pirâmide etária com muito mais crianças do que pessoas idosas. Em 1950, por exemplo, para cada pessoa com 60 anos ou mais, havia mais de quatro crianças com até 4 anos de idade. Contudo, a chamada “transição demográfica” — representada pela queda nas taxas

de natalidade e mortalidade — inverteu esse cenário.

As famílias passaram a ter menos filhos e as pessoas conquistaram vidas mais longevas. A projeção para o final do século é impressionante: em 2100, teremos cerca de 10 pessoas idosas para cada criança de 0 a 4 anos. Esse fenômeno é impulsionado pela queda das taxas de fecundidade e também pelo aumento da expectativa de vida, que saltou de 48,5 anos em 1950 para 76 anos em 2024, com previsão de alcançar 87 anos em 2100. Viver mais é uma grande conquista da civilização, um sinal de que vencemos a mortalidade precoce. O desafio, agora, é garantir que esses anos a mais sejam vividos com saúde, qualidade de vida e propósito. O envelhecimento não ocorre de forma homogênea em um país tão diverso como o Brasil. Pelos dados do Censo de 2022,

realizado pelo IBGE, podemos observar como essa tendência se manifesta em diferentes grupos populacionais, como gênero e raça/cor.

De acordo com o Censo 2022, a população brasileira com 60 anos e mais foi de 32,1 milhões de pessoas, representando 15,8% do total de habitantes. No entanto, há diferenças significativas quando se considera os diferenciais de gênero e raça/cor.

O Índice de Envelhecimento (IE) para a população brasileira total, em 2022, foi de 80 idosos para cada 100 crianças e jovens de 0-14 anos, sendo 70 para os homens e 91 para as mulheres. Entre a população branca, o IE para ambos os sexos, em 2022, foi de 98 idosos para cada 100 crianças e jovens de 0-14 anos, sendo 83 para os homens e 114 para as mulheres.

Entre a população preta, o IE para ambos os sexos, em 2022,

Panorama Brasil: Envelhecimento populacional e economia prateada no Brasil

foi de 108 idosos para cada 100 crianças e jovens de 0-14 anos, sendo 96 para os homens e 121 para as mulheres.

Entre a população amarela (de origem asiática), o IE para ambos, em 2022, os sexos foi de 256 idosos para cada 100 crianças e jovens de 0-14 anos, sendo 227 para os homens e 288 para as mulheres.

Entre a população parda, o IE para ambos os sexos, em 2022, foi de 61 idosos para cada 100 crianças e jovens de 0-14 anos, sendo 54 para os homens e 67 para as mulheres.

Entre a população indígena, o IE para ambos os sexos, em 2022, foi de somente 28 idosos para cada 100 crianças e jovens de 0-14 anos, sendo 25 para os homens e 31 para as mulheres. Desta forma, a população amarela possui a estrutura etária mais envelhecida, seguida da população preta. A população indígena possui a estrutura

etária mais rejuvenescida, seguida pela população parda.

Em termos regionais, segundo o Censo de 2022, as maiores proporções de pessoas com 60 anos ou mais foram registradas no Rio Grande do Sul (20,2%) e no Rio de Janeiro (18,8%). Em contrapartida, as menores proporções ocorreram em Roraima (7,9%) e no Amapá (8,4%). O Índice de Envelhecimento reflete essas diferenças: em 2022, havia apenas 27,1 idosos para cada 100 jovens de 0 a 14 anos em Roraima, enquanto no Rio de Janeiro essa relação era de 106 idosos para cada 100 jovens, e no Rio Grande do Sul, de 115 idosos para cada 100 jovens.

Esses dados revelam que, embora o envelhecimento seja uma tendência nacional, as políticas públicas precisam ser adaptadas para as realidades específicas de cada grupo, considerando suas diferentes estruturas etárias e contextos sociais.

Muitas vezes, o envelhecimento populacional é retratado de forma negativa, como um “Apocalipse demográfico” que traria estagnação econômica, aumento de gastos com aposentadorias e sobrecarga para os mais jovens. Essa visão pessimista, no entanto, é limitada e ignora o potencial enorme que essa nova realidade nos oferece.

Economistas como Andrew Scott, da London Business School, propõem uma mudança de perspectiva. Em vez de uma “sociedade envelhecida”, devemos construir uma “sociedade da longevidade”. Viver mais não deve ser visto como um problema, mas como uma oportunidade para as pessoas continuarem aprendendo, produzindo e se engajando socialmente.

Essa visão otimista não é apenas teórica; ela já se reflete em dados concretos. Na Europa, por exemplo, 90% do aumento

Panorama Brasil: Envelhecimento populacional e economia prateada no Brasil

no número de trabalhadores na última década veio de pessoas com mais de 50 anos. No Japão, essa proporção é ainda maior. Isso mostra que os trabalhadores mais velhos são essenciais para o dinamismo econômico. Este é o chamado “dividendo da longevidade”: a chance de transformar anos extras de vida em mais saúde, produtividade e bem-estar para todos.

Para colher os frutos desse dividendo, precisamos de uma mudança de mentalidade coletiva e de políticas públicas inovadoras. É preciso parar de enxergar o envelhecimento como um fardo e começar a celebrá-lo como uma das maiores conquistas do século XX. O desafio não é fazer com que as pessoas simplesmente trabalhem mais, mas criar condições para que todos possam

se adaptar a vidas mais longas, com saúde, aprendizado contínuo e novas oportunidades.

O futuro do Brasil será, inevitavelmente, mais longo. Em vez de temer essa realidade, devemos abraçá-la. Transformar o envelhecimento em uma fonte de vitalidade e progresso é o grande legado que podemos deixar para as próximas gerações, construindo uma sociedade que acolhe, e não teme, o seu futuro.

QUAIS SÃO OS DESTAQUES?

- **O envelhecimento populacional não é um entrave, mas uma vitória da civilização que nos desafia a construir uma “sociedade da longevidade”. Em vez de focar apenas nos custos, devemos enxergar essa transição como uma oportunidade para que as pessoas tenham vidas mais longas, saudáveis e produtivas.**
- **A experiência e a disposição para o trabalho dos mais velhos já são essenciais para o dinamismo econômico em diversos países. É hora de abandonar a visão do “ônus do envelhecimento” e celebrar o “bônus da longevidade”.**
- **Acolher este futuro mais longo, com políticas inovadoras e uma nova mentalidade, transformará anos extras em vitalidade, progresso e bem-estar para todos.**

Panorama Brasil: Envelhecimento populacional e economia prateada no Brasil

MINICURRÍCULO

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1980), mestrado em Economia (1983), doutorado em Demografia pelo CEDEPLAR-UFMG (1994) e pós-doutorado pelo Nepo/Unicamp. Foi tesoureiro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (2005-2006) e vice-presidente da ABEP (2007-2008). Foi pesquisador titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ENCE/IBGE entre 2002 e 2019, sendo coordenador da pós-graduação da ENCE/IBGE de 2005 a 2009.

PUBLICAÇÕES

ALVES, JED. Demografia e Economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI (com a colaboração de GALIZA, F), ENS, maio de 2022

https://prdapi.ens.edu.br/media/downloads/Livro_Demografia_e_Economia_digital_2.pdf

ALVES, JED. Diversidade etária e o futuro prateado da economia brasileira, Portal do Envelhecimento, 06/03/2025. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/diversidade-etaria-e-o-futuro-prateado-da-economia-brasileira/>

ALVES, JED. A fecundidade e o inevitável envelhecimento populacional, Portal do Envelhecimento, 28/11/2014. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/longevidade/item/3445-a-fecundidade-e-o-inevitavel-envelhecimento-populacional>

ALVES, JED. A Sérvia está envelhecendo e enriquecendo ao mesmo tempo, Portal do Envelhecimento, 25/05/2024. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/a-servia-esta-envelhecendo-e-enriquecendo-ao-mesmo-tempo/>

ALVES, JED. A janela de oportunidade está se fechando e como enriquecer e envelhecer ao mesmo tempo, Revista Longeviver, 1º trimestre de 2024. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/1050/1100>

ALVES, JED. Envelhecimento populacional, economia prateada e o terceiro bônus demográfico, Portal do Envelhecimento, 17/09/2024. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-populacional-economia-prateada-e-o-terceiro-bonus-demografico/>

Pesquisadores

Editais Acadêmicos
Envelhecer com Futuro



TÍTULO DA PESQUISA

Suprema Velhice: A aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa pela Corte Constitucional



Mariana Moron Saes Braga

AUTORIA:

Mariana Moron Saes Braga
Ingrid da Silva Pedro

ÁREA E SUB-ÁREA:

Ciências Sociais Aplicadas
Direito / Direitos Humanos

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

A crescente relevância do envelhecimento populacional no Brasil e a necessidade de compreender como o Supremo Tribunal Fe-

deral tem atuado na efetivação dos direitos da pessoa idosa previstos no Estatuto da Pessoa Idosa.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

Porque analisa o papel do STF na consolidação de direitos fundamentais de uma parcela cada vez mais significativa da população brasileira. O estudo contribui para compreender

os desafios e avanços na efetividade do Estatuto da Pessoa Idosa, além de subsidiar o debate acadêmico, político e social sobre políticas públicas e cidadania.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Investigar como o STF aplica e interpreta o Estatuto da Pessoa Idosa; mapear os principais dispositivos legais acionados na Corte; identificar padrões de judicialização envolvendo direitos da população idosa; e discutir o conceito de “suprema velhice” como ideal normativo e jurisprudencial de envelhecimento digno.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

A pesquisa constatou que o Supremo Tribunal Federal tem atuado majoritariamente de forma expansiva e protetiva na interpretação do Estatuto, consolidando direitos ligados a renda, mobilidade, cultura, saúde e prioridade processual. Contudo, observou-se concentração em alguns artigos

(como o 34, relativo ao BPC) e ausência de litígios em outras áreas fundamentais, como trabalho, educação e convivência comunitária. A noção de “suprema velhice” emerge como um projeto coletivo, que depende tanto de políticas públicas quanto da atuação judicial para se concretizar.

Suprema Velhice: A aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa pela Corte Constitucional

A pesquisa constatou que o Supremo Tribunal Federal tem atuado majoritariamente de forma expansiva e protetiva na interpretação do Estatuto, consolidando direitos ligados a renda, mobilidade, cultura, saúde e prioridade processual. Contudo, observou-se concentração em alguns artigos (como

o 34, relativo ao BPC) e ausência de litígios em outras áreas fundamentais, como trabalho, educação e convivência comunitária. A noção de “suprema velhice” emerge como um projeto coletivo, que depende tanto de políticas públicas quanto da atuação judicial para se concretizar.

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Pesquisadores de Direito e Ciências Sociais, formuladores de políticas públicas, conselhos de pessoas idosas, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais ligados à assistência social, saúde e direitos humanos.

RESUMO DA PESQUISA

O estudo analisa a aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) pelo Supremo Tribunal Federal no período de 2004 a 2024. Foram examinados 41 acórdãos, selecionados a partir de critérios temáticos, temporais e documentais. A análise foi dividida em duas dimensões: quantitativa, com levantamento do perfil processual, das partes envolvidas e dos dispositivos normativos mais invocados; e qualitativa, com interpretação dos fundamentos jurídicos nos

Recursos Extraordinários e Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Os resultados revelam a centralidade de direitos sociais básicos, como o BPC, a mobilidade gratuita e a prioridade processual, bem como a tendência protetiva da Corte ao ampliar a eficácia do Estatuto. A pesquisa propõe a noção de “suprema velhice” como ideal jurídico-normativo de envelhecimento digno, fruto da interação entre legislação, políticas públicas e jurisprudência constitucional.

Suprema Velhice: A aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa pela Corte Constitucional

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 22/dez/2024

BUCCI, M. P. D.; SOUZA, M. S. de. A abordagem Direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa. Sequência Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 43, n. 90, p. 1–28, 2022. DOI: 10.5007/2177-7055.2022.e85500.

CHIARELLI, T. M.; BATISTONI, S. S. T. Trajetória das Políticas Públicas Brasileiras para pessoas idosas frente a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030). Revista Kairós-Gerontologia, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 93-114, 27 jul. 2022. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901x.2022v25i1p93-114>.

DEBERT, G. G. Políticas Públicas diante do Envelhecimento no Brasil. In: Abreu, A. R. P.; Hirata, H.; Lombardi, M. R.. (Org.). Gênero e Trabalho no Brasil e na França - perspectivas interseccionais. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016, v. 1, p. 247-256.

DINIZ, F. P. Direitos dos idosos na perspectiva civil-constitucional. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011. 196 p.

NOBRE, M. Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 66, p. 145-154, 2003.

OLIVEIRA, F. L. de. Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: uma agenda interdisciplinar de pesquisa. In: Cynthia Soares Carneiro Iara Pereira Ribeiro; Fabiana Luci de Oliveira; Paulo Eduardo Alves da Silva; Sergio Nojiri. (Org.). Interdisciplinaridade e Métodos de Pesquisa em Direito. 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, v. 1, p. 123-138.

Suprema Velhice: A aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa pela Corte Constitucional

MINICURRÍCULOS

Mariana Moron Saes Braga – Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP, Campus de Marília. Coordenadora do GEMIIN - Grupo de Estudos em Migrações Internacionais Contemporâneas. Possui experiência interdisciplinar na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, e desenvolve pesquisas e atividades voltadas principalmente para os seguintes temas: marcadores sociais da diferença, migrações internacionais, cidadania, envelhecimento e metodologias de pesquisa em Direito. E-mail: mariana.braga@unesp.br

Ingrid da Silva Pedro – Graduanda em Relações internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP, Campus de Marília. Pesquisadora em Direito humanos, com foco em políticas públicas e proteção da pessoa idosa. Membro do Instituto de Gestão Pública e Relações Internacionais (IGEPR) E-mail: ingrid.silva@unesp.br



TÍTULO DA PESQUISA

Políticas públicas de letramento digital para pessoas idosas: avanços e desafios para materialização do direito fundamental à inclusão digital.



Symone Maria
Machado Bonfim

AUTORIA:

Symone Maria Machado Bonfim
Maria Vitória Ferreira Neto

ÁREA E SUB-ÁREA:

Políticas públicas;
inclusão digital

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

O interesse pela temática surgiu de inquietações advindas de nossas trajetórias profissionais. Com atuação nas áreas do envelhecimento e da pessoa idosa, observamos que, nos últimos anos, dois temas vêm ganhando visibilidade: a dificuldade das pessoas idosas em acessar direitos por meio digital e o aumento da violência financeira e patrimonial contra esse grupo, em am-

bientes virtuais. Considerando que cabe ao Estado a responsabilidade pela formulação e implementação de políticas públicas que garantam e efetivem direitos fundamentais, vislumbrou-se a importância de investigar a atuação dos entes públicos para promover o letramento digital de pessoas idosas, uma das dimensões para a materialização do direito à inclusão digital.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A pesquisa se insere em um contexto de profundas transformações sociais e demográficas. O aumento da longevidade, embora constitua um avanço civilizatório, traz novos desafios às políticas públicas, como a garantia da inclusão digital da população idosa. A exclusão desse grupo compromete o exercício pleno de direitos e limita sua

participação em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias. Nesse sentido, o estudo é relevante por identificar e analisar as ações do poder público, nas três esferas de governo, voltadas ao letramento digital das pessoas idosas, condição indispensável para a efetivação da cidadania na era digital.

Políticas públicas de letramento digital para pessoas idosas: avanços e desafios para materialização do direito fundamental à inclusão digital.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Investigar a atuação dos entes públicos para promover o letramento digital de pessoas idosas, na perspectiva do direito fundamental à inclusão digital.

Apresentar fundamentação teórica sobre a concepção da inclusão digital como direito fundamental;

Mapear normas federais, estaduais e municipais que abordem a temática da inclusão digital e do letramento digital de pessoas idosas; Identificar, no período de 2015 a 2024, políticas públicas desenvolvidas pela União, estados, distrito federal e amostra de municípios para promover letramento digital para pessoas idosas.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

A análise revelou lacunas significativas na institucionalização e no monitoramento das políticas públicas de letramento digital para pessoas idosas. Apesar de avanços nos últimos anos, sobretudo na esfera federal, ainda prevalecem ações fragmentadas e isoladas, comprometendo a efetividade dos resultados. Nos municípios, a inclusão digital aparece de forma secundária, geralmente vinculada a programas de envelhecimento ativo ou cidadania. As ações se concentram em cursos pontuais e informativos, com pouca carga horária e baixa continuidade. As leis municipais são escassas e, quando existem, carecem de metodologias de implementação e previsão de recursos adequados. No plano estadual, menos de um terço dos estados possui legislação específica sobre o tema, e as iniciativas

são desiguais, concentradas em regiões urbanas e capitais, o que aprofunda as desigualdades territoriais. No âmbito federal, a legislação faz menções pontuais às pessoas idosas como público prioritário, sem estabelecer diretrizes consistentes para garantir o letramento digital desse grupo. Constatou-se ainda a fragilidade de articulação entre as esferas de governo, o que pode reforçar o caráter fragmentado das políticas. Embora algumas iniciativas apresentem potencial, ainda há ausência de uma estrutura institucional sólida que assegure continuidade, equidade territorial e monitoramento sistemático. Em síntese, os resultados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas mais integradas, equitativas e direcionadas às necessidades específicas desse grupo.

Políticas públicas de letramento digital para pessoas idosas: avanços e desafios para materialização do direito fundamental à inclusão digital.

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Conselhos de direitos da pessoa idosa; organizações da sociedade civil, formuladores e gestores de políticas públicas, órgãos de controle, pesquisadores da área do envelhecimento e sociedade em geral.

RESUMO DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa foi investigar a atuação de entes públicos, nas três esferas de governo, para promover o letramento digital das pessoas idosas. Dessa forma, realizou-se o mapeamento de normas e ações por meio do envio de formulários a órgãos da União, estados, Distrito Federal e capitais, além de consulta a fontes secundárias. Os resultados parciais apontam que, de maneira geral, os entes públicos não possuem leis com essa previsão específica. Alguns estados

e municípios editam normas infralegais, mas de alcance limitado à determinada ação governamental. As políticas públicas de letramento digital são, em sua maioria, pontuais, havendo poucas iniciativas de caráter continuado. A maioria não informou gastos orçamentários, número de pessoas atendidas ou a realização de avaliações de impacto. Em suma, a análise dos dados parece indicar que o letramento digital de pessoas idosas ainda não constitui prioridade estatal.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Celiana. Idosos e tecnologias digitais: a relação entre inclusão social e digital no Brasil. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, 27(1):47-69, janeiro, 2022.
- BRASIL. Lei 14.533, de 11 de janeiro de 2023 - Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm
- MUBARAK, Farooq; SUOMI, Reima. Elderly forgotten? Digital Exclusion in the Information Age and the Rising Grey Digital Divide. The Journal of Health Care Organization, Provision, and Financing, volume 59: 1-7, 2022.

Políticas públicas de letramento digital para pessoas idosas: avanços e desafios para materialização do direito fundamental à inclusão digital.

MINICURRÍCULOS

Symone Maria Machado Bonfim - Doutora e mestra em Ciência Política. Especialista em Política de Cuidados e Gênero. Graduada em Direito, Letras e Letras-Tradução. Foi Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados e atuou como Diretora de Proteção da Pessoa Idosa no MDHC. Atualmente, realiza consultoria e pesquisa nas áreas de políticas públicas de inclusão digital, pessoa idosa e pessoa com deficiência.

Email: bonfim.symone@gmail.com

Maria Vitória Ferreira Neto - Graduada em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília - UnB. Atua na gestão e no monitoramento de políticas públicas voltadas à pessoa idosa, com ênfase na área de direitos humanos e cidadania, especialmente na oferta de letramento digital e educação midiática. E-mail: vitorianeto569@gmail.com.



TÍTULO DA PESQUISA

Envelhecimento na Emergência Climática: mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa



Nilthon Fernandes

AUTORIA:

Nilthon Fernandes

ÁREA E SUB-ÁREA:

Ciências Sociais Aplicadas;
Comunicação de riscos; Semiótica

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

A pesquisa nasceu de uma profunda preocupação com as pessoas idosas, um grupo que, apesar de ser um dos mais vulneráveis aos desastres climáticos, frequentemente é subestimado e deixado de lado tanto por alguns familiares quanto pela maioria das instituições privadas e governamentais. Essa população não é negligenciada somente pela sociedade de modo geral, mas também nos processos de feitura das diretrizes que compõem políticas públicas e nas campanhas de comunicação sobre riscos de desastres. Eventos como enchentes, ondas de calor e deslizamentos de terra afetam desproporcionalmente as pessoas idosas, que muitas vezes enfrentam desafios como limitações de mobilidade, isolamento social e dificuldades em acessar informações de qualidade. A interseção entre

envelhecimento e vulnerabilidade é ainda mais acentuada pela falta de infraestrutura adequada e acessível, que acaba ignorando as necessidades específicas das pessoas idosas. Por exemplo, a ausência de abrigos seguros durante emergências climáticas coloca as pessoas idosas em situações extremamente precárias, aumentando os riscos de danos físicos e emocionais. Em outros termos, essa pesquisa suplanta a simples identificação de problemas porque busca soluções práticas e inovadoras que possam ser implementadas em diferentes contextos. O objetivo foi criar um ambiente onde as pessoas idosas se sintam seguras, informadas e preparadas para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, contribuindo, deste modo, para uma sociedade mais resiliente e inclusiva, onde todos possam prosperar juntos.

Envelhecimento na Emergência Climática: mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A relevância do estudo advém do contexto duplo de intensificação dos desastres climáticos e do rápido envelhecimento populacional, que juntos criam novos desafios sociais. Entre 2000 e 2019, ocorreram globalmente mais de 7.300 grandes desastres, afetando diretamente mais de quatro bilhões de pessoas. No Brasil, entre 1991 a 2022, foram registrados cerca de 96 mil desastres, impactando 138 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a população idosa cresce de forma acelerada: projeções indicam que em 2050 haverá cerca de 2,1 bilhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo, das quais 80% viverão em países em desenvolvimento. No Brasil, o número de pessoas idosas aumentou 57,4% em apenas doze anos, ultrapassando os 32 milhões de pessoas. Diante desses dados, é fundamental

que as estratégias de comunicação de riscos sejam inclusivas para pessoas idosas, uma vez que enfrentam vulnerabilidades múltiplas, como condições de saúde delicadas, mobilidade reduzida, redes de apoio fragilizadas e barreiras no acesso e compreensão das informações de alerta. A falta de mensagens adaptadas pode agravar os impactos dos desastres sobre esse grupo. Assim, a pesquisa é relevante pela eficácia operacional e pela melhoria na difusão de informações de emergência, mas principalmente por uma questão de justiça social e direitos humanos, ou seja, incluir a pessoa idosa na comunicação de riscos significa reconhecer o direito da população idosa de ser protegida e de participar ativamente das decisões em contextos de riscos de desastre.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como a população idosa está contemplada nos processos de comunicação de riscos de desastres no contexto da emergência climática e propor melhorias nessas estratégias comunicacionais. Para isso, foi delineado três objetivos específicos principais:

identificar a presença ou ausência da pessoa idosa como público-alvo nas campanhas de comunicação de riscos de desastres, nos materiais informativos e nos canais oficiais de comunicação, como nos cinco portais mais relevantes das Defesas Civas estaduais; avaliar as principais lacunas, silenciamentos

Envelhecimento na Emergência Climática: mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa

ou obstáculos nas práticas atuais de comunicação de riscos em relação às necessidades desse público, incluindo aspectos de linguagem, acessibilidade do conteúdo, adequação cultural e envolvimento comunitário;

e discutir e propor estratégias comunicacionais mais inclusivas e eficazes que incorporem as potencialidades da população idosa, fortalecendo seu engajamento e resiliência comunitária frente às mudanças climáticas.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

As conclusões evidenciaram que os canais institucionais analisados, apesar de cumprirem função informativa elementar, não atendem adequadamente às necessidades da população idosa. Observou-se um predomínio de modelos comunicacionais homogêneos e unilaterais, com linguagem técnico-normativa, baixa interatividade e pouca adaptação às especificidades cognitivas e sensoriais para a população idosa. Em outras palavras, a falta de comunicação inclusiva contribui para que as pessoas idosas permaneçam em situação de maior risco, contrariando princípios de equidade e direitos assegurados, como pontua o Estatuto do Idoso e o Marco de Sendai para redução de riscos de desastres. Por outro lado, a pesquisa demonstrou que é possível reverter esse quadro. A articulação entre os referenciais teóricos, na semiótica discursiva e nos modelos contemporâneos de comunicação de riscos, permitiu compreender os limites das práticas

atuais e apontar caminhos para sua transformação. Entre as recomendações resultantes, destaca-se a necessidade de órgãos de defesa civil e demais autoridades de desenvolverem materiais específicos para o público 60+, adaptando conteúdos existentes ou criando novas peças informativas em parceria com especialistas em gerontologia e com as pessoas idosas. Recomenda-se a capacitação e sensibilização das equipes de comunicação e dos gestores públicos quanto à temática do envelhecimento, para que entendam esse processo e evitem preconceitos, como o idadismo, que possam impedir uma abordagem mais proativa e respeitosa da autonomia das pessoas idosas. Garantir que a comunicação de riscos inclua as pessoas idosas de forma clara, acessível é uma melhoria técnica e uma exigência ética, política na era da emergência climática de participar ativamente da construção da resiliência diante dos desafios climáticos presentes e futuros.

Envelhecimento na Emergência Climática: mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Os resultados desta pesquisa são relevantes para gestores públicos e autoridades de Proteção e Defesa Civil, que elaboram planos de emergência e campanhas informativas. É imprescindível que esses atores conheçam as conclusões do estudo para adaptar suas estratégias de comunicação, desenvolvendo materiais específicos voltados ao público idoso e incorporando diretrizes de acessibilidade e inclusão nas ações de alerta e prevenção. Além do setor público, as organizações da sociedade civil e associações que defendem os direitos da pessoa idosa devem conhecer os resultados da pesquisa. As informações levantadas reforçam a urgência de incluir as pessoas idosas nas iniciativas de redução de riscos e resiliência comunitária, fazendo com que essas organizações utilizem as evidências do estudo para cobrar das instituições políticas de

maior engajamento e promover ações de educação, letramento digital e preparo emergencial junto à população 60+. Por fim, a comunidade acadêmica e pesquisadores nas áreas de comunicação, gerontologia, gestão de riscos e políticas públicas também se beneficiam do conhecimento produzido. O estudo abre caminho para investigações futuras sobre a interação entre envelhecimento, tecnologia e comunicação de risco em contextos de desastre, reforçando a necessidade de aprofundar pesquisas qualitativas sobre como as pessoas idosas acessam, interpretam e utilizam ou usufruem de informações de risco. Em conjunto, todos esses públicos podem aplicar as percepções e sentidos produzidos pela pesquisa para construir uma sociedade mais preparada, justa e inclusiva em face das mudanças climáticas.

RESUMO DA PESQUISA

Este estudo examinou as interfaces entre envelhecimento populacional e comunicação de riscos de desastres no contexto da emergência climática. Integrando conceitos da comunicação de riscos com a semiótica discursiva para buscar compreender de que forma os discursos institucionais das Defesas Civas tratam, ou deixam de considerar, as pessoas

idosas em materiais de comunicação de riscos de prevenção e alerta. A pesquisa envolveu a análise qualitativa dos sites de cinco Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil, uma de cada região do Brasil, mapeando seus conteúdos informativos, como campanhas, cartilhas, notícias, orientações, para identificar possíveis “silenciamentos”, lacunas discursivas e opor-

Envelhecimento na Emergência Climática: mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa

tunidades de aprimoramento nas mensagens voltadas a esse público específico. Com base na revisão de conteúdo sobre mudanças climáticas e na análise desse corpus, a pesquisa identificou deficiências nas estratégias atuais e, por esse motivo, propõe diretrizes para desenvolver campanhas de comunicação mais

inclusivas e acessíveis. Entre as contribuições esperadas está a criação de materiais e abordagens que informem a população idosa sobre os riscos climáticos de maneira clara e adaptada, ampliando sua autonomia, participação nas decisões e capacidade de resiliência diante da emergência climática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. S2iD – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Atlas Digital de Desastres no Brasil. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022: população por grupos de idade. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Rio de Janeiro, 2025. Tabela 1209. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1209>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FERNANDES, N. Envelhecimento na emergência climática – mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa. Projeto de pesquisa, 4º Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro (Itaú Viver Mais / Portal do Envelhecimento), 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030). Disponível em: <https://ebbs.short.gy/VJFW50>. Acesso em: 13 jun. 2025.

UNISDR – Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas. Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3DBuVKP>. Acesso em: 25 abr. 2025.

VICTOR, C. Modelos de comunicação de riscos de desastres: da informação à mobilização social. In: VICTOR, C.; MARCHEZINI, V. (org.). Comunicação e gestão de riscos de desastres: teoria e prática. São Paulo: ABPED, 2019. p. 29-49.

Envelhecimento na Emergência Climática: mídias, formatos e linguagens para comunicar riscos de desastres à população idosa

MINICURRÍCULO

Nilthon Fernandes – Doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, com especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas e em Divulgação Científica, ambas pela ECA-USP.

E-mail: nilthonfernandes@gmail.com



TÍTULO DA PESQUISA

Cidades Inteligentes e Envelhecimento Ativo: Uma Revisão Sistemática de Soluções e Práticas de inovação para um framework Aplicável



Antonio Cardoso
de Brito Junior

AUTORIA:

Antonio Cardoso de Brito Junior
Fabio Victorino da Cruz

ÁREA E SUB-ÁREA:

Ciência da Computação; Envelhecimento Ativo em Cidades Inteligentes; Gestão Pública, Mobilidade Urbana, Inclusão Digital, Saúde Conectada e Participação social

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

A principal motivação foi a experiência em programas de inclusão na gestão pública e a dificuldade de integrar políticas entre áreas diversas da gestão municipal. Essa vivência evidenciou o desafio de consolidar ações intersetoriais robustas voltadas ao público idoso.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A pesquisa é relevante por reunir e sistematizar evidências nacionais e internacionais sobre envelhecimento ativo em cidades inteligentes, consolidando práticas já validadas e apontando tendências emergentes. Oferece subsídios para gestores públicos e pesquisadores planejarem ações estratégicas.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Propor um framework norteador, baseado na sistematização de práticas e soluções inovadoras, que apoie gestores públicos na promoção de cidades inteligentes acessíveis, inclusivas e sustentáveis ao envelhecimento ativo.

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Gestores públicos e tomadores de decisão em políticas urbanas, saúde, tecnologia e assistência social. Pesquisadores das áreas

de envelhecimento e cidades inteligentes. Organizações da sociedade civil e instituições do terceiro setor alinhados ao tema.

Cidades Inteligentes e Envelhecimento Ativo: Uma Revisão Sistemática de Soluções e Práticas de inovação para um framework Aplicável

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

O estudo demonstrou que políticas isoladas são ineficazes e que o envelhecimento ativo em cidades inteligentes exige ações transversais, capazes de integrar tecnologia, participação social e identidade cul-

tural. As evidências reunidas oferecem referências práticas para gestores e pesquisadores, apoiando a construção de ambientes urbanos mais justos, resilientes e inclusivos para idosos.

RESUMO DA PESQUISA

Esta revisão sistemática analisou 71 estudos publicados entre 2014 e 2024, mapeando soluções e desafios para o envelhecimento ativo em cidades inteligentes. As evidências destacaram práticas em mobilidade, inclusão digital, saúde conectada, espaços acessíveis, participação e planejamento sustentável, além de limites como fragmentação de

políticas, barreiras digitais e descontinuidade institucional. Constatou-se que a integração entre tecnologia e políticas colaborativas é essencial para cidades justas e centradas no idoso. A revisão apresenta um panorama das soluções existentes e indica caminhos para novas práticas que promovam qualidade de vida e envelhecimento ativo.

REFERÊNCIAS

- KITCHENHAM, B., Charters, S. Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering. Journal of systems and software, v. 80, n. 4, p. 571-583, 2007.
- FORTUNA, Carlos. Urbanidades Complexas: considerações sobre o envelhecimento das cidades. Caderno CRH, v. 35, p. e022034, 2022.
- TILVITZ, Aline Inêz et al. Inclusão digital nas cidades: Um olhar sobre os idosos. Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 24, n. 1, p. 72-82, 2022.
- WHO. Active ageing: A policy framework. World Health Organization, 2002.
- DO NASCIMENTO, Kadiny Alana. Cidades Inteligentes e o Desafio do Envelhecimento. Revista GISP-Governança e Inovação no Serviço Público, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2024.
- MREJEN, Matías; NUNES, Letícia; GIACOMIN, Karla. Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: O Brasil está preparado. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2023.

Cidades Inteligentes e Envelhecimento Ativo: Uma Revisão Sistemática de Soluções e Práticas de inovação para um framework Aplicável

MINICURRÍCULOS

Antonio Cardoso de Brito Junior - 36 anos, Mestre em Ciência da Computação, com mais de 8 anos de experiência em projetos de inovação e gestão. Especialista em metodologias como Design Thinking, Discovery, Kanban e Scrum, atua em processos ágeis, liderança de equipes e mentoria de startups, além de desenvolver negócios de impacto social. E-mail: acdbj23@gmail.com.

Fabio Victorino da Cruz - Mestre em Ciência da Computação pela UFF, Tecnólogo em Sistemas de Computação (UFF/CEDERJ) e Técnico em Informática (Estácio). Atua em ciência de dados e aprendizado de máquina, com experiência em desenvolvimento de sistemas e interesse em mineração, visualização e gestão de grandes volumes de dados. E-mail: E-mail: fabiovict95@gmail.com.



TÍTULO DA PESQUISA

O que é envelhecer sendo lésbica? Intersecções entre envelhecimento e lesbianidade.



Sarah Ryanne
Sukerman Sanches

AUTORIA:

Sarah Ryanne Sukerman Sanches

ÁREA E SUB-ÁREA:

Ciências Humanas – Sociologia e Antropologia do Envelhecimento; Estudos de Gênero e Sexualidade

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

O baixo número de estudos, dados e narrativas sobre mulheres lésbicas idosas no Brasil evidencia uma importante lacuna no campo dos estudos sobre envelhecimento, gênero e sexualidade. Embora a produção científica sobre envelhecimento e sexualidade tenha avançado nas últimas décadas, as vivências de lésbicas idosas permanecem invisibilizadas na maioria

desses estudos, assim como nas políticas públicas e nas representações culturais. O reconhecimento da invisibilização lésbica na velhice motivou o desenvolvimento desta pesquisa, que busca contribuir com essas lacunas através de coleta de dados e registro das narrativas de mulheres lésbicas em processo de envelhecimento no país.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

Compreender as especificidades do envelhecimento lésbico é essencial para ampliar o repertório social sobre as velhices, concorrer a políticas públicas mais eficazes e bem direcionadas, combater desigualdades e promover direitos para essa população. As gerações de lésbicas que hoje atravessam a velhice foram marcadas por contextos de repressão política, moral e sexual, o que repercute diretamente em sua sociabilidade, redes de apoio e trajetórias familiares, com impactos diretos na saúde. Reconhecer essas histórias não é apenas uma questão política e de justiça social, mas também um caminho para repensar conceitos sobre a velhice, a partir de uma perspectiva interseccional. A pesquisa oferece reflexões e dados que podem ser relevantes para pesquisadoras/es, gestores públicos, profissionais de saúde e movimentos sociais que atuam na promoção dos direitos da população idosa, de mulheres e LGBTQIA+.

O que é envelhecer sendo lésbica? Intersecções entre envelhecimento e lesbianidade.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral: Investigar as experiências de envelhecimento de mulheres lésbicas idosas no Brasil.

Objetivos específicos:

1. Compreender como gênero, sexualidade e geração atravessam os modos de vida de mulheres lésbicas com mais de 60 anos e constroem as suas percepções sobre o envelhecer;
2. Mapear vulnerabilidades e especificidades em suas trajetórias;
3. Contribuir com a visibilidade do tema do envelhecimento lésbico, a partir da construção de um repositório de produções culturais e científicas sobre lésbicas idosas.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

Os resultados preliminares indicam que o envelhecimento lésbico é atravessado por experiências singulares de resistência, invisibilidade e reinvenção. Observa-se que mulheres lésbicas envelhecem com redes de apoio reduzidas, resultado de rupturas familiares e afetivas decorrentes da lesbofobia, ao mesmo tempo em que constroem formas alternativas de pertencimento. As entrevistas revelam também que o envelhecer lésbico não é apenas uma questão de tempo biográfico, mas um campo de disputas políticas e simbólicas, em que memórias, afetos e identidades são cons-

tantemente reelaborados. Entre os produtos desenvolvidos, destaca-se a criação do site envelhecersendolesbica.com, um repositório de produções culturais e científicas sobre o envelhecimento lésbico, contribuindo para a preservação e difusão de estudos e representações artístico-culturais sobre a velhice lésbica. A pesquisa aponta ainda para a necessidade de ampliação das investigações acerca dessa população, especialmente no que diz respeito às representações sociais e políticas públicas específicas, que combatam o idadismo e valorizem as vozes dessas sujeitas.

O que é envelhecer sendo lésbica? Intersecções entre envelhecimento e lesbianidade.

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Pesquisadoras e pesquisadores das áreas de envelhecimento, gênero e sexualidade; formuladores de políticas públicas; profissionais da saúde e assistência social; educadoras/es; movimentos sociais feministas, lésbicos e LGBTQIA+; além da sociedade civil em geral.

RESUMO DA PESQUISA

A pesquisa O que é envelhecer sendo lésbica? Intersecções entre envelhecimento e lesbianidade busca investigar as experiências de envelhecimento de mulheres lésbicas idosas no Brasil, investigando como gênero, sexualidade e geração influenciam os seus modos de vida e percepções sobre o envelhecer. Realizada em quatro etapas — revisão bibliográfica, questionário estruturado, entrevistas orais e análise de dados —, a investigação revelou trajetórias marcadas por violências e exclusões, mas também ressignificações e potencialidades. Os resultados evidenciam a importância das redes de apoio e laços afeti-

vos como estratégias de sobrevivência e fortalecimento de si durante a velhice. Entre os principais produtos da pesquisa, destaca-se o site envelhecersendolesbica.com, que atua como repositório de produções culturais e científicas sobre o tema. A pesquisa contribui para o avanço do conhecimento acadêmico em diferentes campos e para a visibilização dessas sujeitas historicamente marginalizadas, promovendo a valorização das suas trajetórias. Além disso, pode contribuir com a formulação de políticas públicas voltadas às mulheres lésbicas idosas, concorrendo para o combate ao idadismo e à lesbofobia.

MINICURRÍCULO

Sarah Ryanne Sukerman Sanches - Jornalista, especialista em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (UNEB) e mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), investiga a existência lésbica e questões geracionais, com foco no envelhecimento de mulheres que amam mulheres. E-mail: sarahrssanches@hotmail.com

TÍTULO DA PESQUISA

Percepções de homens cisgêneros gays sobre o processo de envelhecimento



Willy Nunes Ribeiro

AUTORIA:

Flávio Adriano Borges Melo
Willy Nunes Ribeiro

ÁREA E SUB-ÁREA:

Gerontologia e Saúde Coletiva

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

O envelhecimento humano é um processo natural constituído por diversas alterações neurobiológicas e de caráter biopsicossocial e ambiental, que compreende mudanças físicas, psicológicas e de papéis sociais. Desta forma, é possível observar a importância e necessidade de adentrar nas especificidades de cada indivíduo que envelhece, considerando seus fatores intrínsecos e extrínsecos.

Isto posto, evidencia-se a dinamicidade e heterogeneidade em torno do envelhecer, o que fomenta a diversidade das velhices, a qual é se dá por meio de aspectos multifacetados sob influência de atributos contextuais, modificáveis ou não, como gênero, raça/etnia, idade, classe so-

cial, experiências de vida, rede de apoio, acesso à serviços e políticas públicas, entre outros.

No que tange a pluralidade do envelhecimento, engloba-se aquelas velhices que fogem do padrão cisheteronormativo imposto socialmente, como as velhices LGBTQIAPN+, da qual compreende os homens gays. Essas velhices sofrem constantemente discriminações e estigmatizações decorrentes do duplo preconceito — o etarismo e a homofobia. Nesse sentido, a interseccionalidade entre pessoa idosa e homem cisgênero gay é pouco explorada, fazendo com que esses indivíduos sejam invisibilizados e subrepresentados, sobretudo na pesquisa.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A relevância do estudo está na abordagem da interseccionalidade pessoa idosa e homem cisgênero gay, com o intuito de compreender como têm se dado as velhices destes indivíduos, tangenciando suas redes de apoio e investigando possíveis facilitadores e dificultadores que se fazem presente no processo de envelhecimento nessa perspectiva. Com isso, a pesquisa oportuniza a contribuição na pouca produção científica e literária a respeito da velhice de homens cisgêneros homossexuais, a qual é carregada de diversos tabus e preconceitos em seu cerne, como o cuidado à saúde dos homens, o duplo preconceito, marginalização e perseguição constantes, entre outros.

Percepções de homens cigêneros gays sobre o processo de envelhecimento

OBJETIVOS DA PESQUISA

Analisar a percepção de homens cisgêneros gays sobre o processo de envelhecimento.

- Identificar como é constituída a rede de apoio de homens cisgêneros gays;
- Levantar facilidades e dificuldades do envelhecer de homens cisgêneros gays.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

Foram entrevistados 10 homens cisgêneros gays com idade igual ou superior a 60 anos e que vivem no estado de São Paulo. No que diz respeito ao perfil sociodemográfico dos participantes: as idades variaram entre 60 e 75 anos; 90% são brancos e 10% negros; 40% estão em união estável, 30% casados, 20% solteiros e 10% divorciados; 30% ganham acima de 28 mil reais mensais, 30% acima de 12 mil, 20% acima de 7 mil e 20% acima de 3 mil; 30% são aposentados, 20% cirurgiões dentistas, 10% médicos, 10% arquitetos, 10% biólogos, 10% radialistas e 10% administradores; por fim, 50% são católicos, 10% evangélicos, 10% candomblecistas, 10% politeísta, 10% agnóstico e 10% ateu.

Diante um panorama geral da percepção dos participantes sobre o processo de envelheci-

mento para um homem cisgênero gay, é possível observar a velhice como algo natural da vida do ser humano, marcado tanto por aspectos positivos, como a valorização da vida, o amadurecimento a partir das experiências vividas e o orgulho das trajetórias construídas ao longo do tempo, quanto negativos, como o etarismo e a homofobia. Identificou-se que a rede de apoio é composta, principalmente, por amigos e, em alguns casos, por companheiro ou familiar. Dentre os facilitadores identificados, a consciência e o orgulho em torno de pertencer e vivenciar a cultura gay; quanto aos dificultadores, a solidão pela falta de relações românticas sólidas e ausência da família, a baixa autoestima pela valorização da juventude e corpos estereotipados, o comprometimento da saúde mental e a segregação social.

Percepções de homens cisgêneros gays sobre o processo de envelhecimento

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Pensando na relevância a partir do levantamento de lacunas, negligências e invisibilizações vividas pelos homens cis gays que estão envelhecendo e na lente sobre essas realidades que o estudo proporciona, o poder público a nível estadual (São Paulo) e federal, demais pesquisadores que atuam nesse eixo temático, gestores que trabalham com tal segmento populacional e os próprios participantes do estudo mediante suas respectivas contribuições com a pesquisa.

RESUMO DA PESQUISA

A pesquisa analisou a percepção de homens cisgêneros gays sobre o processo de envelhecimento, identificando como as suas redes de apoio são constituídas e quais são os possíveis facilitadores e dificultadores presentes no envelhecer destes indivíduos. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, analítico e exploratório. A coleta de dados foi respaldada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e consistiu em entrevistas semiestruturadas com homens cisgêneros gays, de idade igual ou superior a 60 anos e que residem no estado de São Paulo. Para o recrutamento dos participantes, utilizou-se a técnica

snowball (bola de neve). As entrevistas foram realizadas virtualmente, por meio da plataforma Google Meet. As informações obtidas foram analisadas por meio do software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ®). Dos resultados obtidos, compreendeu-se como se dá o processo de envelhecimento para os homens cis gays por meio de suas respectivas percepções, levantando facilitadores e dificultadores presentes em decorrência dessas velhices; ademais, identificou-se o que estes indivíduos entendem por rede de apoio e quem ou o que constituí as mesmas.

Percepções de homens cigêneros gays sobre o processo de envelhecimento

REFERÊNCIAS

- HURD, L. LI, L. Y. K.. “I Want to Grow Older With Dignity”: Older LGBTQ+ Canadian Adults’ Perceptions and Experiences of Aging. J Appl Gerontol., n. 5, v. 43, p. 536-549, 2024.
- REBELATTO, C.; et al.. Introdução às velhices LGBTI+. SSBG-RJ, EternamenteSou, 2021.
- SANTOS, F. H.; ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A.. Envelhecimento: um processo multifatorial. Psicol. Estud., n. 1, v. 14, p. 3-10, mar. 2009.
- TEIXEIRA, F. A. B.; et al.. Avaliação dos fatores extrínsecos e intrínsecos e o processo de aceitação do envelhecimento. III CIPEX – Ciência para a redução de desigualdades, v. 2, 2018.

MINICURRÍCULO

Flávio Adriano Borges Melo - Enfermeiro, Residente em Saúde da Família e Comunidade, Mestre em Gestão da Clínica, Doutor em Ciências e Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: flavioborges@ufscar.br

Willy Nunes Ribeiro - Bacharel em Gerontologia pela UFSCar, Mestrando em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: willynr@estudante.ufscar.br



TÍTULO DA PESQUISA

Envelhecimento, cuidado e comunidade: o projeto Favela Compassiva



Lucas Faial Soneghet

AUTORIA:

Lucas Faial Soneghet

ÁREA E SUB-ÁREA:

Sociologia; Sociologia da saúde

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

Tenho pesquisado formas de cuidado no fim da vida desde 2018. Nesse processo, conheci as comunidades compassivas nos livros, como uma abordagem de saúde pública oriunda de outras terras. Quando conheci as comunidades compassivas no Rio de Janeiro, busquei en-

contrar na prática o que só conhecia nas letras. Lá encontrei muito mais. A Favela Compassiva Rocinha e Vidigal indicam um novo momento e uma solução inovadora para problemas advindos do envelhecimento populacional e da transformação epidemiológica em curso.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A pesquisa é relevante pois mostra um novo modo de organização social do cuidado no qual envelhecimento, morte e morrer não são assuntos somente estatais ou privados, mas responsabilidades de todos. Diante do envelhecimento populacional ao redor do mundo, pode-se identificar os augúrios de uma crise de saúde, da previdência social e do cuidado. A Favela Compassiva está na vanguarda das iniciativas de saúde pública ao redor do mundo. Seu foco em cuidados paliativos não exclui, contudo, a centralidade do envelhecimento na agenda política onde se insere. Atualmente, as voluntárias locais da Favela Compassiva, em sua maioria mulheres entre 45

e 70 anos, são alvos tanto de discursos que clamam pela sua atividade – o envelhecimento “ativo” e “produtivo”, bem como a extensão da vida produtiva com o adiamento da aposentadoria –, quanto dos que patologizam, ao mesmo tempo naturalizando, as consequências da velhice. Portanto, para iluminar o envelhecimento populacional para além de números e estatísticas, é preciso acompanhar as vidas, práticas e sentidos que a velhice assume na vida daquelas que vivem na intersecção dos processos sociais que configuram o envelhecimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade nos quais recursos e suporte institucional são escassos.

Envelhecimento, cuidado e comunidade: o projeto Favela Compassiva

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desse projeto de pesquisa é compreender e explicar os significados e práticas associados ao trabalho de cuidado na velhice em contextos de vulnerabilidade social. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa e sociológica acerca dos modos pelos quais os indivíduos constroem a velhice enquanto processo social, especialmente a partir do trabalho de cuidado.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

No limiar entre problema e potencial, a velhice nas comunidades compassivas se transfigura pela lente do voluntariado. Apoiadas pela gama de profissionais de saúde e suas companheiras de atuação, as voluntárias locais encontram na Favela Compassiva um senso de identidade e uma apreciação para o trabalho de cuidar que muitas realizaram durante todas as suas vidas sem qualquer reconhecimento ou capacitação formal. Ao mesmo tempo, também experimentam suas múltiplas vulnerabilidades enquanto tentam cuidar de suas famílias, de si mesmas e de sua comunidade, muitas vezes trabalhando em atividades remuneradas ao mesmo tempo. Con-

clui-se que as comunidades compassivas devem ser reconsideradas à luz do debate atual sobre o envelhecimento, em particular o envelhecimento fragilizado em decorrência de problemas de saúde crônicos, mas não necessariamente limitadores da vida. As redes de suporte mútuo emergentes e preexistentes que são articuladas no bojo das comunidades compassivas muitas vezes refletem padrões assentados de divisão do trabalho de cuidado, os quais oneram demasiadamente mulheres idosas. Sendo assim, para o desenrolar do pleno potencial da abordagem compassiva, é imprescindível orientar-se para uma divisão mais igualitária e justa dos ônus e bônus do cuidado.

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Interessados nas consequências do envelhecimento populacional, em particular em comunidades vulnerabilizadas, e na organização social do trabalho de cuidado na velhice e no processo de morrer por adoecimento.

Envelhecimento, cuidado e comunidade: o projeto Favela Compassiva

RESUMO DA PESQUISA

O projeto tem como objetivo investigar os significados e práticas de envelhecimento em uma organização voluntária de cuidados paliativos nas favelas Rocinha e Vidigal no Rio de Janeiro. Através de uma etnografia e de entrevistas semi-estruturadas, procura-se entender como o envelhecimento é construído em relação às expectativas e demandas de cuidado experimentadas por indivíduos em situação de vulnerabilidade. Diante do envelhecimento populacional e da correlata demanda crescente por cuidados, torna-se urgente refletir sobre a velhice tanto como momento de receber, quanto de

realizar cuidado, especialmente quando se consideram fatores de gênero, raça e classe. Espera-se atingir um entendimento mais qualificado e robusto da velhice em situações de vulnerabilidade nas quais pessoas idosas não se veem somente em necessidade de assistência e cuidados intensos, mas também se encontram na posição de ofertar esse cuidado a suas comunidades e famílias. Busca-se, portanto, entender o trabalho de cuidado na velhice tanto pela ótica de sua recepção quanto de sua realização, com foco em contextos urbanos de vulnerabilidade socioeconômica.

MINICURRÍCULO

Lucas Faial Soneghet - Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde, Cuidado e Corpo (NEPSC), sediado no PPGS-UFPE. Membro dos grupos de pesquisa Sociofilo (PPGSA-UFRJ), e Crise e Metamorfoses da Sociologia (CNPq). E-mail: lucas_faial@hotmail.com

TÍTULO DA PESQUISA

Harmonia Entre Gerações: A Musicoterapia Intergeracional como Possibilidade de Transformação Social



Mauro Pereira
Amoroso
Anastacio Junior

AUTORIA:

Mauro Pereira Amoroso Anastacio Junior

ÁREA E SUB-ÁREA:

Saúde Coletiva

Saúde do Idoso / Envelhecimento

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

Desde 2012 atuo como musicoterapeuta na área da gerontologia, em diferentes contextos. No doutorado, desenvolvi uma pesquisa que relacionou a abordagem preventivo-social da musicoterapia com teorias do envelhecimento. Nesse

percurso, tive a oportunidade de aprender com professoras referências em pesquisas sobre práticas intergeracionais com música, despertando em mim o desejo de aprofundar como a musicoterapia poderia contribuir nesse campo.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A relevância desta pesquisa está na aplicabilidade dessa prática em diferentes contextos, por ser uma proposta acessível e que costuma gerar benefícios psicossociais com boa adesão entre os participantes. A musicoterapia intergeracional, ainda pouco explorada, é aqui investigada e apresentada com fundamentos teóricos e práticos que podem subsidiar novas iniciativas.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral: Compreender os sentidos e significados atribuídos por pessoas idosas e estudantes universitários da área da saúde a uma experiência vivenciada em um grupo de Musicoterapia intergeracional.

Objetivos Específicos:

Compreender como a troca de experiências de vida, valores e saberes se manifesta entre pessoas idosas e estudantes universitários em um grupo de Musicoterapia intergeracional.

Explorar o potencial da música como recurso de aproximação entre gerações.

Refletir sobre os possíveis benefícios da participação no grupo na formação profissional dos estudantes.

Oferecer subsídios teórico-práticos que favoreçam o desenvolvimento de futuras iniciativas de Musicoterapia intergeracional em diferentes contextos.

Harmonia Entre Gerações: A Musicoterapia Intergeracional como Possibilidade de Transformação Social

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

Os resultados indicaram que a experiência vivenciada favoreceu vínculos sociais, bem-estar emocional e a valorização mútua entre os participantes. A música funcionou como mediadora de memórias, expressão afetiva e cooperação, ajudando a desconstruir estereótipos sobre o

envelhecimento. Para os estudantes, foi uma experiência formativa, sensibilizando-os para a diversidade do envelhecimento e para a atuação junto às pessoas idosas. Para as pessoas idosas, significou acolhimento, pertencimento e reconhecimento de papéis sociais e culturais.

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Profissionais e estudantes de diferentes áreas.

Pesquisadores e gestores interessados em práticas intergeracionais.

Instituições que atuam com pessoas idosas (ILPIs, centros-dia, universidades abertas à terceira idade).

Políticas públicas de saúde, educação e cultura voltadas ao envelhecimento ativo.

RESUMO DA PESQUISA

O estudo fenomenológico investigou 12 encontros de musicoterapia intergeracional com sete pessoas idosas e cinco estudantes da área da saúde. A pesquisa buscou compreender os sentidos atribuídos à experiência vivenciada. Os resultados indicam que a prática teve boa adesão e gerou benefícios psicossociais relevantes,

como fortalecimento de vínculos, resgate de memórias, alívio de tensões e troca de saberes entre as gerações. Além de divulgar os resultados, o trabalho oferece fundamentos para novas iniciativas, destacando a música como recurso facilitador para aproximar gerações e para contribuir com a formação de futuros profissionais.

Harmonia Entre Gerações: A Musicoterapia Intergeracional como Possibilidade de Transformação Social

REFERÊNCIAS

BELGRAVE, M. The effect of a music therapy intergenerational program on children and older adults' intergenerational interactions, cross-age attitudes, and older adults' psychosocial well-being. *Journal of Music Therapy*, v. 48, n. 4, p. 486-508, 2011.

CÔRTE, B.; FERRIGNO, J. C. Programas intergeracionais: estímulo à integração do idoso às demais gerações. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (orgs.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. p. 1526-1534.

JANG, S. Intergenerational choir: A qualitative exploration of lived experiences of older adults and student music therapists. *Journal of Music Therapy*, v. 57, n. 4, p. 406-431, 2020.

PÍNAZO-HERNANDIS, S.; SÁNCHEZ, M. Intergenerational programs and generativity. In: VILLAR, F.; LAWFORD, H. L.; PRATT, M. W. (eds.). *The Development of Generativity Across Adulthood*. Oxford: Oxford University Press, 2024. p. 426-441.

SÁNCHEZ, M. (ed.). *Programas intergeneracionales: hacia una sociedad para todas las edades*. Colección Estudios Sociales, n. 23. Barcelona: Fundación "La Caixa", 2007.

MINICURRÍCULO

Mauro Pereira Amoroso Anastacio Junior - Doutorando em Gerontologia pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Universidade de São Paulo (USP). É bacharel em Musicoterapia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).

E-mail: mauroanastacio@gmail.com

TÍTULO DA PESQUISA

A diversidade da velhice e seu cuidado no Sistema Único de Assistência Social de São Gotardo/MG: Reflexões sobre o idadismo e suas manifestações



Daniele
Magnavita de
Alencar

AUTORIA:

Daniele Magnavita de Alencar
Simone Martins
Andréia Queiroz Ribeiro

ÁREA E SUB-ÁREA:

Serviço Social, Política de Assistência
Social, Política de Cuidados

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

O crescimento acelerado da população idosa no Brasil, aliado à persistência do idadismo como barreira estrutural ao envelhecimento saudável, motivou a realização deste estudo. Embora existam marcos legais como o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional de Assistência Social, ainda há descompasso entre os direitos formalmente garantidos e a realidade vivida pelas pessoas idosas. A expe-

riência profissional no SUAS em São Gotardo/MG revelou que o preconceito etário se manifesta de forma sutil e explícita, especialmente em territórios rurais e de vulnerabilidade social. Assim, investigar como o idadismo se expressa e de que forma o SUAS pode atuar no enfrentamento desta desigualdade tornou-se essencial para subsidiar práticas de cuidado mais inclusivas e efetivas.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A pesquisa é relevante porque amplia a compreensão sobre como o idadismo impacta a vida de pessoas idosas em municípios de pequeno porte, realidade que representa a maioria do Brasil. O estudo evidencia que a discriminação por idade não ocorre isoladamente, mas se soma a outros marcadores sociais (gênero, raça, classe e deficiência), intensificando vulnerabilidades. Ao trazer a escuta direta de pessoas idosas e de profissionais do SUAS, a investigação contribui com dados inéditos para a formulação de políticas públicas que respeitem a diversidade do envelhecimento. Também fortalece a agenda da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) da ONU, reforçando o dever constitucional do Estado em assegurar dignidade, autonomia e participação social às pessoas idosas.

A diversidade da velhice e seu cuidado no Sistema Único de Assistência Social de São Gotardo/MG: Reflexões sobre o idadismo e suas manifestações

OBJETIVOS DA PESQUISA

Analisar como o idadismo se manifesta no cotidiano de pessoas idosas atendidas pelo SUAS em São Gotardo/MG e de que forma as práticas de cuidado contribuem para enfrentá-lo, considerando a diversidade existente.

Mapear os serviços do SUAS no município e sua atuação de cuidado junto às pessoas idosas;

Identificar percepções de idadismo e suas manifestações sob a ótica de pessoas idosas e profissionais do SUAS;

Examinar como os marcadores sociais (gênero, raça, classe social e deficiência) influenciam as experiências de idadismo;

Verificar de que maneira as práticas de cuidado implementadas no SUAS contribuem para o enfrentamento do idadismo e para a valorização da população idosa na sociedade.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

A pesquisa concluiu que o idadismo se manifesta em três dimensões principais: interpessoal (piadas, infantilização, desrespeito), institucional (barreiras de acesso, invisibilidade das demandas, centralidade da família nas decisões) e internalizada (autolimitação das pessoas idosas). Observou-se que mulheres, pessoas negras, de baixa renda e com deficiência enfrentam discriminações acumuladas, reforçando

desigualdades. Apesar dos limites, os grupos de convivência, as práticas de escuta ativa e a disposição dos profissionais para se capacitar demonstram potencial para transformar o SUAS em espaço de enfrentamento ao idadismo. Para isso, são necessárias mudanças institucionais, maior protagonismo da pessoa idosa e incorporação efetiva do Estatuto da Pessoa Idosa na rotina dos serviços.

A diversidade da velhice e seu cuidado no Sistema Único de Assistência Social de São Gotardo/MG: Reflexões sobre o idadismo e suas manifestações

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Os resultados devem ser conhecidos por gestores e profissionais do SUAS em âmbito municipal, estadual e federal, bem como pelos conselhos de direitos da pessoa idosa, de assistência social e de direitos humanos. Também interessam a pesquisadores da área de envelhecimen-

to, políticas públicas e direitos humanos, além de organizações da sociedade civil que atuam com a população idosa. De modo complementar, sua divulgação à comunidade contribui para conscientizar sobre o idadismo e fortalecer a participação social das próprias pessoas idosas.

RESUMO DA PESQUISA

O estudo investigou as manifestações de idadismo vivenciadas por pessoas idosas atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em São Gotardo/MG e analisou como as práticas de cuidado contribuem para enfrentá-lo. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, através da aplicação de questionários a 117 pessoas idosas e realização de grupos focais com 11 profissionais e 49 pessoas idosas. Os resultados evidenciam que o idadismo se expressa em diferentes dimensões (interpessoal, institucional e internalizada) e se intensifica quando articulado a marcadores sociais como gênero, raça,

classe e deficiência. Foram relatadas práticas de infantilização, silenciamento, desrespeito, invisibilidade e superproteção, que comprometem a autonomia e a dignidade da pessoa idosa. Apesar disso, identificaram-se potencialidades nos serviços, como grupos de convivência e práticas de escuta ativa, que podem favorecer o protagonismo e a valorização da velhice. O estudo conclui que o enfrentamento do idadismo exige intervenções personalizadas que considerem as interseccionalidades, bem como a formação crítica de profissionais e o fortalecimento da participação das pessoas idosas nos processos de decisão.

TÍTULO DA PESQUISA

A diversidade da velhice e seu cuidado no Sistema Único de Assistência Social de São Gotardo/MG: Reflexões sobre o idadismo e suas manifestações

Daniele Magnavita de Alencar
Simone Martins
Andréia Queiroz Ribeiro

REFERÊNCIAS

AYALON, Liat. Toward an intragroup approach to alleviating ageism in the second half of life. *The Gerontologist*, 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Década do Envelhecimento Saudável (2020-2030): Relatório de linha de base. Resumo. Washington, DC: OPAS; 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global report on ageism. Geneva: WHO, 2021.

MINICURRÍCULOS

Daniele Magnavita de Alencar - Secretária de Desenvolvimento Social de São Gotardo/MG. Mestranda em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: daniele.alencar@ufv.br

Simone Martins - Professora do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora e pós-doutora em Administração. E-mail: simone.m@ufv.br

Andréia Queiroz Ribeiro - Professora associada do Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Ciências Farmacêuticas e pós-doutora em Epidemiologia do Envelhecimento. E-mail: andreia.ribeiro@ufv.br

TÍTULO DA PESQUISA

Espectros do envelhecimento: políticas públicas para a velhice autista



Adriana Cardoso

AUTORIA:

Adriana Cardoso
Alessandro Freitas
João Brito

ÁREA E SUB-ÁREA:

Ciências da Saúde – Saúde Coletiva
(Gerontologia)

O QUE MOTIVOU A FAZER A PESQUISA?

A pesquisa foi motivada pelo crescimento do número de pessoas autistas que chegam à idade adulta e à velhice sem apoio ou reconhecimento adequados. Historicamente, as políticas públicas e o debate sobre o autismo concentraram-se quase exclusivamente na infância, deixando

uma lacuna de suporte para pessoas autistas adultas e idosas. Essa negligência se reflete em efeitos concretos como diagnósticos tardios, falta de serviços de saúde e assistência adaptados, exclusão do mercado de trabalho e sentimento de “invisibilidade” após a maioridade.

POR QUE A PESQUISA É RELEVANTE?

A relevância do estudo reside em abordar um desafio emergente de saúde pública e de justiça social: garantir que pessoas autistas que envelhecem tenham seus direitos, cuidados e inclusão assegurados. Trata-se de um tema pouco explorado, cuja negligência produz exclusão e desigualdades diante do aumento da expectativa de vida dessa população. Dar visibilidade à “nova velhice autista” é fundamental para corrigir lacunas entre a legislação inclusiva já existente marcada pelo despreparo institucional e não efetivação de direitos básicos. Em suma, a pesquisa é relevante por enfrentar um imperativo ético e civilizatório: reconhecer que o autismo persiste por toda a vida e que políticas intersetoriais precisam ser desenvolvidas para assegurar autonomia, dignidade e qualidade de vida também na velhice.

Espectros do envelhecimento: políticas públicas para a velhice autista

OBJETIVOS DA PESQUISA

Este trabalho teve como objetivo central analisar criticamente as políticas públicas relativas ao envelhecimento de pessoas no espectro autista, tanto no Brasil quanto em outros países, identificando convergências, lacunas e boas práticas nessa área. Especificamente, buscou-se compreender os desafios enfrentados por pessoas autistas adultas e idosas, incluindo as implicações do diagnóstico tardio e a falta de serviços adaptados em saúde, moradia, trabalho e convívio social e examinar por que essas demandas têm permanecido invisíveis nas agendas públicas nacionais. A pesquisa também objetivou mapear iniciativas bem-sucedidas em contextos internacionais que demonstram ser possível fornecer suporte integral ao TEA ao longo de todo o curso de vida.

QUAIS FORAM AS CONCLUSÕES?

Concluiu-se que há urgência em ampliar o escopo das políticas de autismo para além do foco predominante na infância, incorporando de forma sistemática as etapas da vida adulta e da velhice. A análise nos nove países revelou que, apesar de contextos distintos, todos enfrentam o desafio comum de prover suporte adequado a uma geração inédita de pessoas autistas que está alcançando a terceira idade, o que exige inovações legais, programáticas e sociais. Os achados indicam que avançar em direção a políticas intersetoriais, longitudinais e baseadas no modelo social da deficiência é o caminho para assegurar que indivíduos no espectro tenham um envelhecimento ativo, digno e incluído na sociedade. Recomenda-se

implementar estratégias como apoio ao diagnóstico tardio, serviços continuados de cuidado e inclusão comunitária adaptados, envolvendo as próprias pessoas autistas e suas famílias na elaboração dessas políticas para que reflitam necessidades reais e promovam autodeterminação. Por fim, o estudo enfatiza que garantir os direitos e a qualidade de vida de pessoas autistas adultas e idosas não é apenas uma questão de saúde, mas de justiça social e direitos humanos à medida que mais pessoas no espectro atingem idades avançadas, a ausência de políticas torna-se eticamente insustentável, exigindo ação imediata do poder público e da sociedade para valorizar a diversidade ao longo de todo o ciclo de vida.

Espectros do envelhecimento: políticas públicas para a velhice autista

QUEM DEVE CONHECER OS RESULTADOS DA PESQUISA?

Os resultados interessam principalmente a gestores e formuladores de políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, direitos humanos e deficiência, pois fornecem subsídios para desenvolver programas mais inclusivos ao longo do curso de vida. Profissionais que atuam com envelhecimento e neurodiversidade também devem conhecer as conclusões para adaptar práticas e serviços às necessidades dessa população. Além

disso, a comunidade autista e seus familiares podem se beneficiar do conhecimento gerado, utilizando as evidências para embasar a defesa de seus direitos e participar ativamente do debate público sobre inclusão. Por fim, pesquisadores em gerontologia, saúde pública, educação especial e áreas afins encontrarão neste estudo referências importantes para aprofundar a investigação sobre o envelhecimento no espectro do autismo.

RESUMO DA PESQUISA

O estudo abordou a temática do autismo no envelhecimento, um assunto historicamente associado quase exclusivamente à infância. Discutiram-se os principais desafios enfrentados por pessoas autistas adultas e idosas, incluindo as implicações do diagnóstico tardio, como sentimentos de alívio e luto pela identificação apenas na maturidade e as perdas em autonomia e vida social decorrentes de décadas sem suporte adequado. Constatou-se a ausência de políticas públicas específicas para pessoas autistas adultas e idosas no Brasil, evidenciando um quadro de invisibilidade institucional e capacitismo que gera descontinuidade do cuidado após a infância e negação de direitos básicos. O estudo revelou também a carência de serviços adaptados em diversas áreas (saúde, moradia, trabalho e convivência social), expondo lacunas no Sistema Único de Saúde, falta de progra-

mas de moradia assistida, exclusão do mercado de trabalho e isolamento social dessa população. Em contraponto, a pesquisa mapeou iniciativas e modelos de políticas públicas inclusivas em outros países demonstrando que é possível promover suporte integral às pessoas autistas ao longo da vida. Com base nas boas práticas identificadas, foram propostas recomendações para o contexto brasileiro, incluindo a criação de uma estratégia nacional para autistas de todas as idades, capacitação profissional, oferta de serviços especializados, combate ao capacitismo institucional e medidas de inclusão socioeconômica. A conclusão ressalta a urgência de reconhecer a continuidade do autismo na vida adulta e na velhice e de implementar ações intersetoriais que garantam qualidade de vida, autonomia e direitos plenos às pessoas autistas em todas as fases da vida.

Espectros do envelhecimento: políticas públicas para a velhice autista

REFERÊNCIAS

- EDELSON, S. M., et al. Strategies for research, practice, and policy for autism in later life: A report from a think tank on aging and autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 51(1), 382–390, 2021.
- HWANG, Y. I., FOLEY, K. R., & TROLLOR, J. N. Aging well on the autism spectrum: An examination of the dominant model of successful aging. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 50(7), 2326–2335, 2020.
- LIN, J.-L., ZHONG, D., & CHAN, J. Older age autism research: A rapidly growing field, but still a long way to go. *Autism Research*, 16(1), 3–7, 2023.
- RUGGIERI, V., & CUESTA GÓMEZ, J. L. Envejecimiento en personas con trastorno del espectro autista. *Medicina (Buenos Aires)*, 78(Supl. 2), 69–74, 2018.
- SANTOS, L., et al. Diagnóstico tardio do TEA e inclusão social na vida adulta: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 29(2), 457–476, 2023.

MINICURRÍCULOS

Adriana Cardoso – Neuropsicóloga clínica e hospitalar, neurocientista e fundadora da NEUROPSI.io, onde atua como CEO. Graduada em Psicologia com especializações em Neuropsicologia - HCFMUSP e Neurociências - UNIFESP; graduanda em Gerontologia pela USP. Possui experiência em pesquisa sobre envelhecimento e neurodiversidade - Laboratório CHRONOS/USP e ensaio clínico no HCFMUSP (2013 - 2023). Foi selecionada pelo edital Itaú “Viver Mais e Melhor” | Portal do Envelhecimento para o desenvolvimento do projeto Espectros do Envelhecimento. E-mail: cardoso.adriana@usp.br

Alessandro Freitas – Pesquisador e CFO da NEUROPSI.io. Graduado em Ciências Contábeis e em Psicologia, com especializações em Psicanálise Clínica e em Finanças Corporativas; pós-graduado em Neurociências e graduação em Filosofia - UNIFESP. Atua nas áreas de neurodiversidade, avaliação neuropsicológica e desenvolvimento humano, com foco no envelhecimento. Foi psicólogo e avaliador em estudo clínico sobre estimulação cognitiva em idosos no Hospital das Clínicas da USP (2022–2024). Integra a equipe selecionada pelo edital Itaú “Viver Mais e Melhor” com o projeto Espectros do Envelhecimento. E-mail: alessandro.freitas@neuropsi.io

TÍTULO DA PESQUISA

Espectros do envelhecimento: políticas públicas para a velhice autista

Adriana Cardoso
Alessandro Freitas
João Brito

MINICURRÍCULOS

João Brito – CMO da NEUROPSI.io e profissional de TI com ampla experiência em infraestrutura de nuvem. Atua como CTO da empresa Getup e é apresentador do podcast “Kubicast” (tecnologia Kubernetes). Especialista em soluções DevOps e open-source, possui experiência em implantação e monitoramento de sistemas críticos. Entusiasta da neurodiversidade, integra como pesquisador o projeto Espectros do Envelhecimento: políticas públicas para a nova velhice autista, selecionado pelo edital Itaú “Viver Mais e Melhor”. E-mail: joao.brito@neuropsi.io



Organização e Realização:





II CONGRESSO INTERNACIONAL ENVELHECER COM FUTURO – CIEF

2025



28 e 29 de outubro de 2025

Dentro do VII Fórum São Paulo da Longevidade, no Centro de Convenções Expo Center Norte, em São Paulo.

https://envelhecercomfuturo.com.br/CIEF_2025/